

GUILHERME FABIANO JULIEN DE REZENDE

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

O Processo Judicial

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Guilherme Fabiano Julien de Rezende

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R467c

Rezende, Guilherme Fabiano Julien de.

Contencioso administrativo : o processo judicial / Guilherme Fabiano
Julien de Rezende – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.
508 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 467-489.

ISBN 978-85-519-0391-9

1114084

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Contencioso administrativo.
3. Processo administrativo. 4. Justiça administrativa. 5. Tribunais
administrativos. I. Título.

CDD 342.81066

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1. Introdução	1
2. Justiça Administrativa Inglesa.....	23
2.1 Introdução.....	23
2.2. Aspectos gerais dos tribunais	26
2.3. Evolução histórica - proliferação dos tribunais.....	34
2.4. Relatórios importantes do sistema de justiça administrativa inglesa	38
2.4.1. Frank Report.....	38
2.4.2. Leggatt Report.....	42
2.5. O controle da atividade administrativa: judicial review.....	50
2.5.1. Fundamentos da judicial review.....	56
2.6. O novo sistema de tribunais administrativos - a jurisdição exercida pelo First-tier Tribunal e pelo Upper Tribunal	69
2.7. A Administrative Court na estrutura da High Court	79
2.7.1. O procedimento de judicial review na Administrative Court.....	87
2.7.2. A concessão de medidas provisórias – meios processuais cautelares	111
2.7.3. Da declaração de incompatibilidade com a Convenção de direitos.....	116
2.8. Da apelação.....	117
2.9. A competência criminal da Administrative Court.....	122
2.9.1. Admissão de apelos em casos criminais mediante a declaração do caso	123
2.10 O reenvio do caso para o Tribunal de Justiça da União Europeia	127
3. O Contencioso Administrativo na Tradição Francesa	129
3.1 Introdução.....	129

3.2 Estrutura da Justiça Administrativa Francesa.....	139
3.2.1. Os Serviços Auxiliares da Justiça Administrativa.....	147
3.3 A questão da independência e imparcialidade da justiça administrativa.....	149
3.4 O desenvolvimento da jurisdição administrativa	159
3.5 A incidência do conflito de competência no domínio da jurisdição administrativa.....	182
3.6. A competência exercida pelos órgãos da jurisdição administrativa	184
4. A Justiça Administrativa em Portugal.....	187
4.1. Síntese da evolução histórica.....	187
4.2. A estrutura vencedora no Código de Processo nos Tribunais Administrativos	195
4.2.1. A influência do movimento de judicialização do contencioso – fase judicial dos tribunais administrativos.....	201
4.2.2. A jurisdição administrativa como meio de proteção dos direitos fundamentais	207
4.3. Análise e crítica sobre a competência da justiça administrativa portuguesa segundo a Constituição de 1976	228
4.4. Alguns meios processuais de garantia no contencioso administrativo português	236
4.4.1. Da intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias	236
4.4.1.1. Questões introdutórias – Objeto	236
4.4.1.2 Pressupostos	239
4.4.1.3 Legitimidade	245
4.4.1.4 Competência	246
4.4.1.5 Tramitação.....	247
4.4.2. Da intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	249

4.4.2.1. Evolução histórica	249
4.4.4.2. Objeto	250
4.4.2.3. Pressupostos	251
4.4.2.4. Competência	253
4.4.2.5. Tramitação	253
5. Sobre o Contencioso Administrativo no Brasil	255
5.1 A transição do Império para República e os reflexos na estrutura judiciária brasileira – previsão da justiça federal	255
5.2. Tentativas de instituição de tribunais administrativos nas Constituições de 1934 e 1967 e a segunda instância da justiça federal	267
5.3. O princípio da ubiquidade ou da inafastabilidade de jurisdição	280
5.4. A construção de meios de processuais no contencioso administrativo brasileiro	281
5.5. O mandado de segurança: criação brasileira	289
5.5.1. Aspectos gerais – evolução histórica	289
5.5.2. Objeto	307
5.5.3. Pressupostos	313
5.5.4. Limitações materiais – Cabimento	316
5.5.5. Procedimento	320
5.5.6. Competência	327
5.5.7. Recursos	328
5.5.8. Do mandado de segurança coletivo	328
5.5.9. Comparação entre os institutos do mandado de segurança e da intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	331
5.6. Do habeas data: inovação da Constituição de 1988	339

5.6.1. Evolução histórica.....	339
5.6.2. Objeto.....	340
5.6.3. Legitimidade.....	344
5.6.4. Competência.....	346
5.6.5. Procedimento	346
5.6.6. Recursos	350
5.6.7. Comparação entre os institutos do habeas data e da intimação para prestação de informações, consulta a processos e passagem de certidões.....	352
5.7. A concepção brasileira de processo e procedimento.....	353
5.8. Instrumentos de materialização da tutela efetiva na jurisdição administrativa	358
5.9. Configuração orgânica do contencioso administrativo brasileiro judicializado.....	373
5.10. Noção material da jurisdição administrativa brasileira.....	400
6. Abordagem de Alguns Aspectos	
Sistêmicos entre o Contencioso Português e o Brasileiro.....	411
6.1. O grau de incidência das normas do Código de Processo Civil no contencioso administrativo	412
6.2. O efeito resultante do controle judicial da atuação administrativa	426
6.3. Meios de coerção para o cumprimento das decisões judiciais	443
7. Conclusão	449
Bibliografia	467